

Ata da Reunião do Conselho Municipal de Educação de Mauá - CME Mauá
18/11/2024

No dia dezoito de novembro de 2024, ocorreu a reunião ordinária do Conselho Municipal de Mauá através do link <https://meet.google.com/xwa-buna-spg>. Renovação da Portaria da Escola Infantil " Professora Edna", Jd. Hélida. A responsável pela Divisão de escolas Particulares, Maria do Socorro Dias da Silva, inicia dizendo que anualmente é necessário emitir um parecer, por causa do impasse da falta de legalização do terreno, localizado em área de proteção de mananciais. Desde 1996 o loteamento não foi aprovado por conta da legislação Estadual de 1976, e como foi considerado irregular, o então proprietário doou a área à prefeitura. A área é pública e de mananciais, e para que seja legalizado, o terreno deve ter, no mínimo, 500m² e destes 20% sem construção. O Comitê da Bacia do Guaió, discute a regularização da área do Jd. Hélida, porque na região há vários comércios e residências que aguardam decisão do Estado. A minuta da lei está na ALESP, e precisa ser aprovada para a prefeitura legalizar a área. De acordo com a Deliberação 16 do CME, no artigo 8º inciso IX: “na ausência do Alvará de Funcionamento, descrito no inciso VIII poderá ser aceito, a título provisório, laudo técnico firmado por engenheiro civil ou arquiteto com registro no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia de São Paulo (CREA) ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU), responsabilizando-se pelas condições de segurança, habitabilidade e pelo uso do prédio para o fim proposto, bem como, cópia do protocolo de pedido de Alvará de Funcionamento, acompanhado da planta ou croqui, junto aos órgãos municipais. §1º A autorização de funcionamento, caso emitida dentro dos parâmetros do inciso IX, terá validade de 1 (um) ano, renovável por mais 1 (um)”. Além do Laudo de habitabilidade emitido em 06/11/2023, a escola apresenta AVCB emitido em 04/10/2022, com validade por 3 anos, Anotação de Responsabilidade Técnica-ART, emitido em 07/11/2023, válido até 07/11/2025 e Licença Sanitária deferida em 11/09/2024. A escola também é acompanhada pela Divisão de Escolas Particulares, comprovando que o serviço prestado estão dentro das políticas educacionais da cidade. Maria do Socorro aponta a possibilidade da escola continuar a funcionar. Os conselheiros não veem motivos para que a escola não funcione, uma vez que existe desde 2013. Perguntamos se os conselheiros presentes estão de acordo em emitir um parecer favorável de autorização provisória.

[illegible]